

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.816 - SP (2019/0115144-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : B. I. MAQ INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS
ELETRONICOS LTDA - EPP
ADVOGADOS : ÉDISON FREITAS DE SIQUEIRA - DF002074
FABIO ABUD RODRIGUES E OUTRO(S) - SP233431
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : MILTON DEL TRONO GROSCHE - SP108965
S

MARIA LIA PINTO PORTO - SP108644
CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S) - SP118936
ALCINA MARA RUSSI NUNES - SP118307

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF (POR ANALOGIA). ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ALEGADA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E TESE SOBRE A POTENCIAL REPERCUSSÃO DAS DECISÕES A SEREM PROFERIDAS NAS AÇÕES DE CONHECIMENTO SOBRE A AÇÃO DE EXECUÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF (POR ANALOGIA). VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TAXA SELIC. LEGALIDADE. AGRAVO CONHECIDO, PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

EXECUÇÃO FISCAL ICMS - Embargos do devedor - Cerceamento de defesa - Julgamento antecipado - Prova pericial:

- A perícia só deve ser deferida quando indispensável para constatação de dados contábeis que o conhecimento das partes e do juiz não é suficiente para apurar. Versando os embargos questão exclusivamente de direito, não é fundamento para determinação de prova pericial.

EXECUÇÃO FISCAL

ICMS - Embargos do devedor - Ausência de procedimento administrativo:

- A inscrição da dívida, com base no débito declarado pelo próprio devedor, prescinde de procedimento administrativo, homologação expressa e

notificação do lançamento, para conferir liquidez, certeza e exigibilidade ao título executivo.

EXECUÇÃO FISCAL

ICMS - Embargos do devedor - Improcedência - Apelação - Liquidez, certeza e exigibilidade do título:

- É válido o título executivo quando presentes os requisitos previstos no art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80.

EXECUÇÃO FISCAL

ICMS - Embargos do devedor - Multa moratória:

- A multa moratória é sempre devida no pagamento em atraso, não havendo confisco no percentual legal de 20%.

EXECUÇÃO FISCAL

ICMS — Embargos do devedor — Taxa Selic — Possibilidade:

— Devida a Taxa Selic nos cálculos dos débitos tributários.

EXECUÇÃO FISCAL

ICMS — Embargos do devedor — Honorários — Redução — Impossibilidade:

— Verba honorária adequada ao trabalho e tempo exigidos do advogado.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas; bem como divergência jurisprudencial..

No mérito, alega violação aos arts. 17, da Lei 6.830/80; 130, 145, §§, 1º, 2º, 3º, 420, parágrafo único, 620, do CPC/2015; 112, II e IV, 108, 161, § 1, do CTN.

Aduz, em síntese, que: (a) houve nulidade na sentença, tendo em vista o indeferimento da prova pericial (cerceamento de defesa); (b) o juiz só indeferirá as provas inúteis ou meramente protelatórias, o que não aconteceu na presente demanda, devendo ser deferida a produção de provas pelo requerente; (c) "justifica-se a realização de prova pericial técnica, face à existência de discrepâncias nos valores dos débitos lançados e os cálculos apresentados por contador"; (d) "embora o dinheiro ocupe o primeiro lugar na escala de preferências para a penhora, não se tolera sua constrição quando esteja ele representando o capital de giro da empresa devedora e disponha essa de outros bens livres capazes de assegurar o juízo, adequadamente"; (e) "a presente Execução possui como título e justificativa débito, que é objeto de Pagamento Judicial viabilizado através da Ação Consignatória, cujo depósito judicial engloba a dívida exigida pela Fazenda Estadual, deve ser determinada a suspensão da execução, eis que o débito será pago através de ação consignatória"; (f) deve ser dado provimento aos presentes Embargos à Execução, pois é inegável "a potencial repercussão das decisões a serem proferidas nas ações de conhecimento sobre a ação de execução"; (g) "não há lei que autorize a utilização de juros equivalentes à SELIC, para apurar os juros de mora estes devem ser limitados à taxa de 1 % (um por cento) ao mês"; (h) violação ao princípio da menor onerosidade.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 553/555, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O recurso não merece conhecimento quanto a apontada violação ao art. 1.022, do CPC/2015, pois o recorrente quedou-se inerte quanto a demonstração das razões pelas quais teria esse sido violado pelo acórdão *a quo*. Incide, pois, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Sobre o tema, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. AÇÃO RESCISÓRIA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DA VERBA. [...] 2. **Configura deficiência de fundamentação do recurso especial a alegação genérica de violação do art. 535 do CPC, sem particularização dos pontos em que o acórdão estaria, de fato, omisso, contraditório ou obscuro, incidindo, por analogia, a Súmula 284 do STF.** [...] (AgRg no Ag 819.624/AL, Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 10/4/2012, DJe 18/4/2012)

No que diz respeito às teses de cerceamento de defesa, impossibilidade de indeferimento de provas, que não sejam inúteis ou protelatórias, e necessidade de realização de prova pericial, o Tribunal de origem entendeu que:

A alegação de cerceamento de defesa pela não realização de perícia contábil está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante nos tribunais superiores.

Perfeitamente líquida e certa a inscrição da dívida a partir da declaração da própria executada que não recolheu ao Fisco o imposto que apontou como devido.

Os acréscimos ao valor declarado, todos decorrentes do atraso no pagamento, são computados segundo a legislação tributária indicada na certidão da dívida e de conhecimento do contribuinte, bastando a discussão jurídica das incidências para o exercício da mais ampla defesa.

Suficiente a utilização de regras simples de aritmética e consulta à legislação específica, assim como às tabelas oficiais de índices de correção monetária, para que qualquer um possa conferir os cálculos do débito.

Por conseguinte, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado – e se reconhecer que: 1) houve

cerceamento de defesa; 2) a prova pretendida é relevante e pertinente à solução do caso concreto –, é necessário o reexame de matéria de fato, o que também é obstado na via do recurso especial, tendo em vista o disposto na citada Súmula 7/STJ.

A corroborar esse entendimento, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. O acórdão recorrido, com amparo na análise dos fatos e das provas dos autos, entendeu prescindível a produção de prova pericial para o deslinde da causa. 2. Reavaliar a necessidade, ou não, das provas em apreço, a fim de verificar a existência de cerceamento de defesa, demanda exame do acervo fático-probatório dos autos, o que atrai para o recurso especial o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido. (Ag

No que se refere às teses de suspensão da execução e sobre a necessidade de se dar provimento ao recurso, tendo em vista "a potencial repercussão das decisões a serem proferidas nas ações de conhecimento sobre a ação de execução", não é possível o conhecimento das questões aduzidas no recurso especial. Isso porque mostra-se deficiente a fundamentação recursal, tendo em vista que não houve a particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos confrontados tenham dado interpretação discrepante, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

A corroborar esse entendimento, destaca-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA PENA. EVENTUAL RECONHECIMENTO DE DETRAÇÃO E FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL MAIS BRANDO. TESE ABORDADA SEM A PARTICULARIZAÇÃO DA NORMA VIOLADA. SÚMULA N.º 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOLO E DO ELEMENTO SURPRESA NA CONDUTA DO AGENTE. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. DESCONSTITUIÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Constitui deficiência na fundamentação do recurso especial, calcado na alínea *a* do permissivo constitucional, a não indicação do dispositivo de lei federal malferido ou cuja vigência tenha sido negada, situação que, por analogia, atrai a incidência da Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal. (...) 4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 15.552/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 14.10.2011)

Quanto à alegada violação ao princípio da menor onerosidade, ao argumento de que, "embora o dinheiro ocupe o primeiro lugar na escala de preferências para a penhora,

não se tolera sua constrição quando esteja ele representando o capital de giro da empresa devedora e disponha essa de outros bens livres capazes de assegurar o juízo, adequadamente", constata-se que não houve o devido prequestionamento e, mesmo com a oposição dos aclaratórios, a instância de origem ficou silente sobre o ponto. Todavia, caso a tese não tenha sido debatida por esta, apesar da oposição dos embargos de declaração, a recorrente deve alegar, em suas razões recursais do recurso especial, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, a fim de demonstrar qual o ponto tido por omissivo é essencial para o deslinde da causa, porém, no presente caso, incidiu a Súmula 284/STF (por analogia) na suposta violação ao art. 1.022 do CPC/2015, o que faz incidir a súmula 211/STJ.

Nesse sentido, colecionam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGOS DA LEI Nº 11.101/2005. TESE RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

[...]

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do especial.

A insurgência não merece prosperar.

Cumpre asseverar que os comandos normativos dos dispositivos elencados e a tese recursal apresentada - incompetência do Juízo de Pirai para dispor acerca dos bens de produção essenciais à recuperação judicial da empresa, uma vez que a competência estabelecida pela interpretação dos arts. 6º e 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005 é do juízo da recuperação judicial -, não comportam exame no âmbito desta Corte de Justiça, porquanto ausente o necessário prequestionamento.

É bem verdade que, enfrentada a questão/tese pelo Tribunal a quo, haverá prequestionamento. No entanto, se a questão não houver sido examinada por esse, não obstante ter sido instado a se manifestar - ainda que em sede de embargos declaratórios - é dever da parte recorrente interpor recurso especial por violação ao art. 535 do CPC/1973 (atual art. 1022 do CPC/2015), demonstrando em qual ponto o exame de tal dispositivo seria capaz de comprometer a verdade posta nos autos. Quedando-se inerte quanto a tal providência, incide, sim, à espécie o enunciado sumular nº 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."

[...]

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se".

(AREsp no REsp 1125702/RJ, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2018, DJe 23/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO

ADMINISTRATIVO 3/STJ. SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS INDICADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

[...]

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A pretensão não merece prosperar.

Isso porque os comandos normativos e a tese recursal referentes aos dispositivos indicados como violados, não comportam exame no âmbito desta Corte de Justiça, porquanto ausente o necessário prequestionamento.

É bem verdade que, enfrentada a questão/tese pelo Tribunal a quo, haverá prequestionamento. No entanto, se a questão não houver sido examinada por esse, não obstante ter sido instada a se manifestar - ainda que em sede de embargos declaratórios - é dever da parte recorrente interpor recurso especial por violação ao art. 1022 do CPC/2015, demonstrando em qual ponto o exame de tais dispositivos seria capaz de comprometer a verdade posta nos autos. Quedando-se inerte quanto a tal providência, incide, sim, à espécie o enunciado sumular nº 211/STJ: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.”

[..]

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se. Publique-se”.

(AREsp no REsp 1234089/RJ, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/02/2018, DJe 20/02/2018)

Relativamente à utilização da taxa SELIC, esta Corte Superior decidiu (REsp 879844/MG - repetitivo, tema 199) que esta é legítima como índice de correção monetária e juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, diante da existência de Lei Estadual que determina a adoção dos mesmos critérios adotados na correção dos débitos fiscais federais. (Precedentes: AgRg no Ag 1103085/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 03/09/2009; REsp 803.059/MG, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 24/06/2009; REsp 1098029/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009; AgRg no Ag 1107556/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 01/07/2009; AgRg no Ag 961.746/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 21/08/2009)

Por fim, inviável a apreciação do inconformismo recursal fundado na alínea *c* do permissivo constitucional, quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; e d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, observa-se que o recorrente não atendeu aos requisitos estabelecidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e 255, § 2º, do RISTJ, em especial o cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a alegada divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma. Assim, é descabido o presente recurso interposto pela alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ).

2. O recurso revela-se manifestamente inadmissível e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

3. Agravo regimental não provido com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 733.241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator